



## ACAMPAMENTO REDUTO DE CARAGUATÁ: DA IDENTIDADE CABOCLA A TERRITORIALIDADE CAMPONESA<sup>1</sup>

*Hudson Cleiton Ressai Baskoski*

*Celbo Antonio da Fonseca Rosas*

### INTRODUÇÃO

Os movimentos de reivindicação pela Reforma Agrária obtiveram maior destaque a partir da década de 1980, quando, com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), novos sujeitos passaram a enfrentar, de forma organizada, a histórica estrutura fundiária concentradora e excludente do Brasil. Contudo, para que a terra seja reconhecida e transferida, diversas etapas são necessárias. Uma delas é o acampamento, em que as famílias ocupam uma área passível de reforma agrária para exercer pressão sobre os órgãos responsáveis, a fim de que o território possa, por fim, ser desapropriado e destinado às famílias por meio dos assentamentos, processo que pode levar muitos anos.

Nesse sentido, o Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC), situado no município de Paula Freitas-PR, e inserido no território que historicamente foi palco da Guerra do Contestado (1912-1916), foi formado a mais de 20 anos permanece na condição de acampamento sem que os camponeses tenham sido assentados. Atualmente, 45 famílias seguem acampadas no ARC, lutando diariamente contra a insegurança jurídica das ameaças de reintegração de posse, as condições de precariedade de infraestrutura e os iminentes conflitos que são uma das características centrais em um território.

---

<sup>1</sup> Este artigo é decorrente da pesquisa de mestrado intitulada “Territorialidade nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região Sudeste do Paraná”, mas apresenta dados inéditos à pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



Fernandes (2005) aponta que os territórios se formam no espaço geográfico por diferentes relações sociais. O território é uma fração do espaço que possui suas qualidades composicionais, nesse caso, as dimensões de poder e controle social que configuram o território.

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui limites, possui fronteiras, **é um espaço de conflitualidades** (FERNANDES, 2005 p.27, grifo nosso).

A territorialidade pode ser compreendida a partir de duas vertentes principais. A primeira possui uma base mais materialista, centrando-se nas relações de poder e dominação exercidas por um grupo ou indivíduo sobre determinada área (território), em que se destacam as contribuições de Sack (1986), Raffestin (1993) e Roos e Fernandes (2016). Nessa perspectiva, o território é visto como um produto social e histórico, enquanto a territorialidade é entendida como uma ação intencional em constante transformação. Já a segunda vertente adota uma abordagem relacional e integradora, incorporando de modo mais expressivo as dimensões culturais e simbólicas. Assim, território, territorialidade e identidade são concebidos como construções sociais, históricas, complexas, multidimensionais e relacionais, articulando materialidade, simbolismo, identidade, vivência e poder, sem reduzi-los a aspectos estritamente políticos, econômicos ou materiais. Nessa linha, sobressaem os trabalhos de Saquet (2013) e Haesbaert (1997).

Os acampamentos do MST, em especial o ARC, se configuram como territórios de resistência, onde se articulam relações de poder, práticas coletivas e referenciais materiais e simbólicos que sustentam a permanência dos sujeitos no campo. A realização deste estudo justifica-se pela relevância dos acampamentos na luta pela reforma agrária e pela persistente condição de disputa que, mesmo após mais de um século do fim da Guerra do Contestado, ainda caracteriza o território em questão.

Desse modo, objetivamos, com esse estudo, compreender as territorialidades existentes entre os camponeses do Acampamento Reduto de Caraguatá, relacionando ao contexto histórico de luta pela terra que marcou a região durante a Guerra do Contestado.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa utiliza-se de três procedimentos metodológicos diferentes: revisão bibliográfica, onde buscou-se construir um referencial teórico que auxilie na compreensão dos



conceitos trabalhados, com pesquisa em livros, artigos e documentos; trabalho de campo, que envolveu a permanência do pesquisador no recorte territorial estudado, através da observação participativa, que, de acordo com Becker (1994) busca observar grupos em situações cotidianas e como se comportam mediante cada uma delas; e entrevista semiestruturada realizada com o coordenador do acampamento e da brigada referente a região Sudeste do Paraná.<sup>2</sup> A abordagem qualitativa produziu os resultados empíricos que foram cruzados com o referencial teórico de modo a construir a práxis que estrutura o presente trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do século XX, na região que se distribui atualmente entre Paraná e Santa Catarina, a Guerra do Contestado, foi um conflito que se destacou na região Sul do Brasil. O conflito embora muitas vezes anunciado como uma disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina, na verdade têm raízes muito mais profundas do que uma disputa entre os estados. Segundo Ross et al. (2021), o que desencadeou o conflito foi a concessão de 30 quilômetros de terra às margens dos trilhos da ferrovia São Paulo-Rio Grande, à *Brazil Railway Company* como forma de pagamento pela construção da ferrovia. Contudo, a área já era ocupada por camponeses e indígenas. A região em questão se destacava pela extração da erva-mate nativa. Com a chegada da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, subsidiária da *Brazil Railway*, para a retirada da madeira, a milícia armada iniciou a expulsão violenta dos camponeses e indígenas ali estabelecidos. Os camponeses organizaram a resistência baseados nos ensinamentos do monge João Maria, mas o conflito foi marcado pelo uso desproporcional de força estabelecido pelas Polícias Militares do Paraná e Santa Catarina, milícia armada das empresas e exército.

Martins (1981), aponta que na região do Contestado existia um forte elemento messiânico, quem possuía esse papel era o monge José Maria<sup>3</sup>. A principal justificativa da recém-formada República, ao retalhar esses movimentos era a de que os sertanejos eram monárquicos. Todavia, o autor ressalta que embora houvesse de fato um combate direto com a República coronelista, a movimentação desses camponeses de nada se assemelhava com a monarquia dos Braganças, a

---

<sup>2</sup> Para preservar a identidade do entrevistado utilizaremos apenas suas iniciais “L. R.”

<sup>3</sup> “Monge João Maria” e “Monge José Maria”, embora tratem-se de personagens distintos, foram fundidos numa mesma identidade, o “São João Maria” no imaginário popular caboclo. Todavia, há pelo menos três monges reconhecidos que passaram pela região, em momentos distintos: João Maria D’Agostinis, João Maria de Jesus e José Maria de Santo Agostinho.



“monarquia” era simplesmente a contraposição das repúblicas, “era basicamente uma monarquia religiosa e igualitária” (p. 57).

Neste cenário, se destaca a figura dos redutos, que eram espaços em meio à floresta, utilizados pelos camponeses como forma de organização de suas resistências, de sociabilidade e pautados nos princípios de igualdade e solidariedade (ROOS *et al.*, 2021). O Reduto Arraial de Caraguatá, se destaca por ser o último e principal núcleo de resistência na região do Contestado, nesse reduto não havia propriedade privada da terra e nele os camponeses resistiram a diversas incursões militares.

Contudo, o movimento foi brutalmente reprimido pelo Estado Brasileiro, que tratou os caboclos como fanáticos e ignorantes, ocultando sua real condição de vítimas de um processo violento de modernização territorial e econômica (FRAGA; GONÇALVES; CAVATORTA, 2017). Em dezembro de 1914, 7 mil homens do exército, mil policiais militares e trezentos jagunços que juntos contaram ainda com o apoio de aviões militares trucidaram o último núcleo, dando fim a resistência camponesa (FERNANDES, 2000).

Esse processo precisa ser compreendido no âmbito do território, Raffestin (1993), já evidenciava o caráter político do território e enfatizou as relações de poder exercidas por uma pessoa ou grupo como característica sua central. Posteriormente outras análises foram expandindo ou delimitando o conceito de território, considerando mais ou menos elementos em sua análise, mas sempre colocando como referência central as relações de poder estabelecidas no interior de suas fronteiras.

Em Saquet (2013, p.68), “o território designa uma porção do espaço geográfico sob jurisdição de certos povos, ou seja, significa distinção, separação e compartimentação, a partir de comportamentos geopolíticos e psicológicos”. O autor ainda avança que o território inclui a natureza, economia, política e cultura; relações e poder e identidades; ideia e matéria, em uma perspectiva multidimensional-híbrida e histórica.

Desse modo, o território engloba também os aspectos mais subjetivos em sua análise, ao observarmos a Guerra do Contestado, podemos compreender que o território não representava apenas o substrato material, a terra; mas a forma de organização social, no caso dos redutos; a religiosidade e a identidade cabocla que se constituía nesse contexto.



Santos (2000), aponta que

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, a residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se está falando em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000, p. 96-97).

Ao afirmar que o território é constituído pelo chão e pela população, Santos (2000) destaca a necessidade de considerar as pessoas e as relações que nele se estabelecem. No caso da Guerra do Contestado, essas pessoas eram os caboclos, um grupo social heterogêneo formado por camponeses, indígenas, peões, lavradores, ex-trabalhadores deixados à margem após a construção da ferrovia, ex-combatentes e foragidos (FRAGA, 2006), um coletivo diverso e marginalizado que ousou resistir às ofensivas das polícias estaduais, do Exército e da força das empresas privadas internacionais.

Contudo, a construção da identidade cabocla foi historicamente estigmatizada pelo Estado e imprensa, que atribuíam aos caboclos a imagem pejorativa de fanáticos religiosos, rebeldes, criminosos e desordeiros, legitimando os processos de violência e expropriação (CUNHA, 2016).

Essa imagem estigmatizada, somada ao fato do desconhecimento da história real de seu povo, fez com que muitas pessoas que atualmente vivem na Região do Contestado não tivessem orgulho de sua origem. A vergonha de sua história associada contribuiu para o esquecimento da região pelos poderes estadual e federal consolidando-a como a mais pobre do estado de Santa Catarina (VITIELLO; FROIS, 2019).

Entretanto, recentemente, o resgate histórico da Guerra do Contestado tem possibilitado ao povo caboclo reencontrar-se com sua essência e fortalecer o sentimento de pertencimento ao território, recuperando modos de vida, cultura de resistência e identidade. Esse processo tem contribuído para que, gradualmente, a comunidade se desvincule do estigma que historicamente a desqualificou e justificou o massacre sofrido, promovendo ações de reafirmação cultural e econômica que ressignificam o ser caboclo (VITIELLO; FROIS, 2019).

Somado ao resgate histórico da identidade cabocla, os movimentos socioterritoriais que ganharam maior visibilidade a partir da década de 1980, com o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), deram um novo sentido de organização as lutas camponesas



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

que até então aconteciam de modo isolado em diversos estados do Brasil. Através do MST e da luta pelo direito aos povos do campo, diversas famílias passaram a ter o acesso à terra, direito humano fundamental, que resguarda a sobrevivência física e a reprodução cultural desses camponeses (FERNANDES, 2012; ROSS et al., 2021).

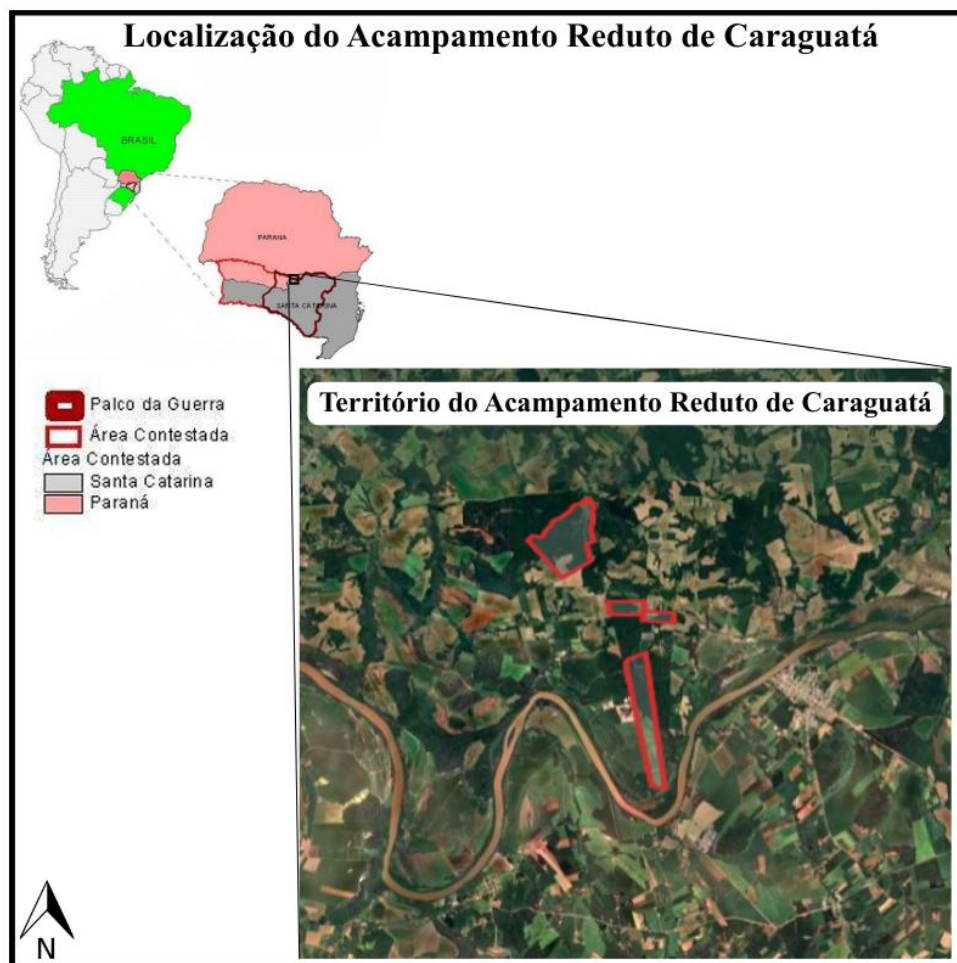
Desde sua fundação oficial em 1984, o MST passou se a se especializar por todas as regiões do Brasil. Através da territorialização, o MST transformou os espaços ocupados em territórios, “visto que as porções do território conquistadas se tornaram as bases referenciais para a espacialização do Movimento” (FERNANDES, 2000, p.171). O autor ainda aposta que o acampamento é um espaço de luta e resistência, inserido no processo de espacialização, e que inicia o processo de territorialização da luta pela terra. Portanto, “as ações de ocupar e acampar integram os processos de espacialização e territorialização” (p.293).

Concordamos com Fabrini (2011), ao apontar o caráter transitório dos acampamentos. Contudo defendemos que o ato de ocupação já configura uma forma de territorialização primitiva. Esse processo se baseia principalmente no ato de ocupação e delimitação de uma área. Desse modo, a territorialização nos acampamentos se mostra bastante instável e suscetível a reintegração de posse (desterritorialização), conflitos e ameaças.

O Acampamento Reduto de Caraguatá (Imagem 1), cujo nome faz referência ao último núcleo de resistência na Guerra do Contestado, está localizado às margens do Rio Iguazu, que atualmente delimita a fronteira entre os estados do Paraná e Santa Catarina, limites esses que estiveram entre as causas iniciais do conflito. O acampamento é formado por 45 famílias camponesas de origens distintas. Enquanto algumas carregam consigo características faxinalenses, outras provém de áreas urbanas ou migraram de outros acampamentos após situações de despejo (L. R., 2025, ARC).



**Figura 1** - Localização do Acampamento Reduto de Caraguatá e palco da Guerra do Contestado



Fonte: Fraga (2006), Google Earth (2025). Org: Autor (2025).

A ocupação que deu origem ao acampamento ocorreu em 17 de fevereiro de 2005, a área ocupada pertencia inicialmente ao extinto banco Banestado, onde ao decretar falência, as áreas passaram automaticamente para a Agência de Fomento do Estado do Paraná, uma agência de capital misto. O entrevistado L. R, destaca ainda que a área foi indicada pelo próprio INCRA, que, inclusive, auxiliou no transporte dos camponeses, principalmente após o despejo sofrido na Lapa.

A definição era ocupar a área e logo em seguida transformar em assentamento, como o INCRA ele faz parte do governo federal, as mudanças de governo muda *os funcionários* do INCRA então também muda as prioridades e o processo se arrastou até hoje (L. R., 2025, ARC).

O entrevistado relata que muitas propriedades da região possuem problemas documentais e que muitas delas remetem a caducidade e ao rompimento do contrato da *Lumber* com o governo federal, em 1929. Prova disso é o “alvorço” que acontece quando o INCRA visita à região. Durante



a ocupação, relata o entrevistado, não haviam grandes preocupações em relação as áreas particulares da região, mas

O medo era que o MST ocupasse aquilo que era da agência [de Fomento do Estado do Paraná], que já era público... Porque eles *tavam* ocupando, e muitas pessoas ainda seguem ocupando as áreas que são públicas, que falam mal do MST porque ocupou, mas eles estão ocupando isso aqui há quantos anos né?” (L. R., 2025, ARC).

O acampamento está estabelecido sobre 4 áreas diferentes que somam uma área aproximada de 157 alqueires (90 alqueires, 45 alqueires, 12 alqueires e 10 alqueires). (L. R., 2025, ARC). A subdivisão das áreas ocupadas pelo acampamento na região da localidade Faxinal, pode ser compreendida a partir do conceito de território descontínuo. De acordo com Souza (2000), o território descontínuo é uma forma de organização espacial que se caracteriza pela articulação entre pontos territorializados, que não estão necessariamente contíguos no espaço geográfico. Esses pontos, ou nós, são conectados por fluxos formando redes que costuram esses territórios separados. Entretanto, essa descontinuidade territorial do acampamento é um dos motivos pelos quais o mesmo não foi devidamente assentado. Ademais, as áreas estarem subdivididas aumenta também o número de embates registrados no acampamento.

Ressaltamos que, na prática, a territorialidade se manifesta a partir de estratégias espaciais que expressam a intencionalidade dos sujeitos em controlar áreas, influenciar dinâmicas e exercer poder sobre o território. Ela se manifesta por meio da divisão do espaço, do senso de exclusividade e da construção de identidades espaciais, sendo sempre atravessadas por relações de poder que operam em diferentes níveis sociais e territoriais (SAACK, 1886; RAFFESTIN, 1993).

Durante a atividade de campo, uma das situações que chamou atenção ocorreu ainda no primeiro dia no ARC, onde alguns camponeses retornavam de uma área aos fundos do acampamento, carregando marcos de concreto que haviam sido retirados, após serem colocados na noite anterior de forma indevida por confrontantes da região. A ação dos confrontantes buscava reduzir intencionalmente o território do acampamento e forjar provas, através de imagens de drone, para serem adicionadas nos processos jurídicos em trâmite com o acampamento.

Um território é delimitado por fronteiras e caracterizado por relações de poder. Desse modo, ao tentar modificar as fronteiras legalmente estabelecidas desde a ocupação, os confrontantes da região fazem um ataque direto ao território do acampamento. Embora a ação tenha ocorrido sem violência, reconhecemos a conflitualidade que coloca em oposição o território camponês e o território capitalista. Vale destacar que a região em questão fica as margens do Rio Iguazu, e além da posição



estratégica, na divisa entre os estados de Paraná e Santa Catarina, a área é de interesse econômico de grupos empresariais que fazem a extração de areia na região ao entorno.

Contudo, essa não é a única disputa relacionada ao território do ARC, o entrevistado L. R. (2025, ARC) narra que: “há uns 3 anos atrás um cara que é vizinho nosso que também é posseiro<sup>4</sup>, ele entrou em uma área que fica mais na região de divisa com ele, onde ele tem a posse e ele começou a plantar e começou a devastar a área”. Mais uma vez, as fronteiras do território do acampamento passam a ser violadas, em uma clara forma de pressão dos interesses externos sobre a área.

Fonseca e Gemelli (2017), destacam a concentração de terras, ainda fortemente presente no Território Contestado, como uma característica geográfica que se intensificou após a Guerra, com a morte e expulsão dos caboclos de suas terras. Desse modo, a terra foi e continua sendo o elemento central das disputas que configuram uma marca histórica no chão do Contestado.

Além das disputas territoriais, constatamos grande preocupação dos camponeses acampados diante da forma que as ações policiais são conduzidas dentro do acampamento. Muitas vezes, estas são carregadas de violência, agressões físicas e perseguição. Os camponeses relatam que os policiais destroem seus objetos pessoais e recolhem bandeiras e símbolos do movimento. Tal postura revela não apenas uma violência deliberada, mas também simbólica ao retirar das casas dos moradores símbolos que representam a mística do MST e compõem a identidade Sem terra.

Então essa pressão sobre o território existe, né. Nós, já vários e vários anos que estamos aqui, mas teve ano de a gente receber uma reintegração de posse por mês [...]. Então essa pressão sempre existiu, as famílias sempre tiveram essa insegurança jurídica de *pode faze* uma casa boa, de melhora sua estrutura, de pensa alguma coisa maior pela insegurança jurídica das reintegração (L. R., 2025, ARC).

Contudo, as disputas territoriais, embora tenham o território como referência central, não se limitam ao espaço físico. Esses conflitos extrapolam a esfera material e adentram o campo jurídico, onde também se manifestam de forma intensa. Durante o trabalho de campo, foi possível perceber a constante preocupação dos camponeses acampados com os desdobramentos judiciais da disputa. A assimetria de recursos entre os atores envolvidos é evidente: enquanto o acampamento conta com

---

<sup>4</sup> O termo “*posseiro*”, empregado pelo entrevistado, refere-se ao fato de seu vizinho estar sob posse de uma área vinculada ao estado do Paraná. Nesse caso, a expressão não corresponde a um entendimento mais amplo, em que *posseiro* designa o pequeno produtor que utiliza a terra para sua reprodução social em pequena escala, geralmente voltada ao autoconsumo e à comercialização do excedente. Pelo contrário, o vizinho mencionado aproxima-se muito mais da condição de um fazendeiro de médio porte.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

apenas um advogado para representar suas demandas, o fazendeiro que contesta os limites das terras mobiliza uma equipe jurídica composta por onze advogados.

Sack (1986) aponta que “reconhecer que a territorialidade é uma estratégia geral para estabelecer acesso às coisas e apontar seus efeitos geralmente esperados, pode ajudar a aprofundar nossa compreensão de seu uso em casos específicos” (p. 24, tradução nossa). A partir dessa perspectiva, constata-se que a conflitualidade presente nas disputas territoriais no ARC transcende a base meramente material. As pressões e disputas manifestam-se também por meio de diferentes esferas de poder: no campo político, com a atuação de agentes como a prefeitura e um deputado da região, ambos contrários a uma política de reforma agrária; no campo midiático, com tentativas recorrentes de deslegitimar o movimento por meio da exposição negativa de sua imagem; no campo jurídico, com a abertura de processos, tentativas de reintegração de posse e demais estratégias legais utilizadas para fragilizar a permanência das famílias no território; e no campo econômico, onde há interesses explícitos de exploração da área ocupada, frequentemente responsáveis por financiar e articular as demais formas de pressão anteriormente mencionadas.

Entretanto, conforme já destacamos, as territorialidades também podem ser compreendidas para além do aspecto meramente da disputa pelo controle territorial, diversos autores destacam a importância do aspecto simbólico na territorialidade (SACK, 1986). Alguns autores também atribuem à identidade territorial, a construção de sentidos e pertencimentos atribuídos a um território por um grupo social através de elementos objetivos e subjetivos (HAESBAERT, 1999). Saquet (2013; 2009 [com BRISKIEVICZ]), entende a territorialidade como resultado das múltiplas identidades estabelecidas no cotidiano.

A dimensão simbólica da territorialidade pôde ser apreendida de forma mais sutil durante o trabalho de campo do que nas entrevistas formais. Apenas a vivência imersa no modo de vida camponês possibilita perceber nuances que revelam a profunda conexão entre os sujeitos e o território. Elementos materiais carregados de simbolismo, bem como manifestações imateriais de pertencimento e identidade, tornaram-se perceptíveis sobretudo no cotidiano compartilhado com os moradores.

De maneira mais explícita, a presença dos símbolos do MST no acampamento estudado, como ilustrado na Figura 2, reforça o papel dessas representações como importantes para unidade dos acampados em torno de um ideal. Entre os signos observados destacam-se: a bandeira vermelha, onde



cada cor ou elemento carrega um significado próprio; as vestimentas, adesivos e demais itens que estampam o emblema do movimento; ou mesmo a lona preta, que mesmo que em alguns casos observados não cumpre função material, visto que o barraco estava desocupado, adquire um valor simbólico ímpar, pois

A lona preta é mais do que uma barraca, é um rito de passagem, um símbolo presente na transição entre o acampamento e o assentamento das famílias Sem Terra, o caminho para a conquista da terra. É símbolo da luta pela Reforma Agrária que as mais de 120 mil famílias acampadas em todo Brasil carregam. A lona preta é o retrato da luta cotidiana do Movimento contra o latifúndio, a segregação e as injustiças sociais que tanto castigam esse país (MST, s/d).

**Figura 2 - Símbolos no ARC**



Fonte: Baskoski (2025).

Segundo o MST (s.d.), desde suas primeiras ocupações o coletivo criou diversos símbolos que são signos de unidade em torno de um ideal e formam a mística do movimento. Ainda em conformidade com Sack (1986),

por definição, territorialidade deve conter uma forma de comunicação, que pode envolver um marco ou sinal, como geralmente é encontrado em um limite ou fronteira [...]. Um limite



territorial pode ser a única forma simbólica que combina uma declaração sobre a direção no espaço e uma declaração sobre a posse ou exclusão (SACK, 1986, p.21, tradução nossa).

A existência desses símbolos que compõem a identidade coletiva do MST não são criações meramente ocasionais, pois, segundo Saquet e Briskievicz (2009), os vínculos com a realidade concreta estão sempre presentes, já que conflitos relacionados à defesa de fronteiras evidenciam a relevância das referências espaciais na definição e no fortalecimento das identidades. Além disso, a própria memória coletiva de um grupo social necessita de uma base territorial como referência.

Contudo, é necessário se destacar que essa identidade é forjada na luta dentro dos acampamentos. O acampamento é transitório e tem um objetivo (a consolidação do assentamento). Desse modo, apontamos que os acampados ainda vivenciam cotidianamente múltiplos desafios, como a insegurança jurídica, a iminência de conflitos e ameaças, bem como a precariedade da infraestrutura. As condições deficientes de estradas rurais, a insalubridade de grande parte dos barracos, as limitações no saneamento básico, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e educação e a ausência de fornecimento de energia elétrica evidenciam a situação de vulnerabilidade a que estão submetidos.

Nesse sentido, o entrevistado L. R. (2025, ARC), expõem a incapacidade e o desinteresse do poder público municipal em relação ao avanço do processo da conquista do assentamento, ou mesmo na garantia do fornecimento de serviços básicos para os camponeses acampados:

O poder público ele tem atrapalhado as coisa no andamento do acampamento, a primeira coisa é porque não existe vontade política e muito menos uma decisão política de que a Reforma Agrária aconteça nesse município, essa é a primeira. Então, o poder público ele é responsável por transporte, saúde, educação, que são direitos básicos garantidos na Constituição e mesmo assim o poder público ele não faz, e quando faz por uma obrigação é notório a má qualidade, nesse sentido, né? Hoje nós temo no posto de saúde, eles são obrigado a receber as pessoas do acampamento, nós temo uma caixa que é separada, é segregadas as ficha das pessoas que vão do acampamento com as demais pessoas do município. [...] Atende? Atende! Fazem exame? Fazem! Tem um monte de coisa que é atendido nesse sentido, mas nós gostaria que o atendimento fosse muito melhor ou no mínimo igualitário como com qualquer pessoa desse município. Na educação nós temo uma estrutura mínima, que é uma escola itinerante em que a educação ela é diferenciada em todo o estado do Paraná [...], inclusive nós tamo tentando com o prefeito um parquinho, isso a quase 15 anos e a gente ainda não conseguiu um parquinho pra escola [...] Então o poder público municipal nesse caso é muito ruim, é muito fraco e é muito pouco e chega a ser um desleixo porque não cumpre nem aquilo que a Constituição pede que se cumpra né. [...] E ainda sobre o poder público municipal o que a gente tem é um posicionamento muito desfavorável a Reforma Agrária, um posicionamento muito radical no sentido que não haja mais acampamento, muito menos saia assentamento, inclusive quando houve proposta de se fazer assentamento por interesse social [...], a prefeitura nem sequer colocou a assinatura em um papel. Quando a gente precisou de energia elétrica, que é garantido pela Constituição e no ultimo entendimento do Supremo, ela fez parte da dignidade da pessoa humana, a prefeitura se negou a assinar a documentação que a Copel poderia instalar, quando nós precisamos fazer bloco de nota, que isso também é um direito de qualquer produtor rural a prefeitura também se



negou, então eu só queria deixar nítido que o poder público municipal, ele faz um jogo exatamente o oposto daquilo que a Constituição diz e daquilo que a Reforma Agrária de fato proporciona e quer que aconteça no município (L. R., 2025, ARC).

Por fim, a pobreza, a desigualdade social e a concentração fundiária que ainda assolam grande parte dos municípios da região do Contestado, são frutos da opção econômica da concentração de terras e das monoculturas. Tais problemas expõem as cicatrizes de uma região marcada pela violência de um conflito que supera a história contada e se manifesta simbólica e materialmente no campo que se precariza para garantir a sua existência (FRAGA; GONÇALVES; CAVATORTA, 2017; FONSECA; GEMELLI, 2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho avança para a necessidade da compreensão das territorialidades como multidimensionais, que considerem aspectos materiais e simbólicos, incorporando ao mesmo tempo as características de controle e domínio territorial, bem como as identidades estabelecidas no território. Contudo, esses apontamentos não se findam aqui, mas abrem diálogo para que novos trabalhos ampliem a compreensão da territorialidade camponesa.

O Acampamento Reduto de Caraguatá se configura como um importante núcleo de resistência camponesa que, desde a Guerra do Contestado, de modo simbólico, carrega em seu nome a referência do último reduto que resistiu. Mas que, de modo literal, continua enfrentando lutas constantes para a manutenção e conquista efetiva de seu território frente às formas modernas de territorialização do capital, representadas pelos fazendeiros e à força do estado representado pelas ações violentas da polícia, nas diferentes esferas (política, territorial, midiática).

A identidade cabocla daqueles que, por quatro anos, enfrentaram o poder do capital durante a Guerra do Contestado, 109 anos após seu fim, se transfigura na territorialidade camponesa daqueles que se mantêm na terra, com seu modo de vida, suas identidades e seus objetivos. Não mais organizados em redutos (apenas simbolicamente com o nome), mas agora em acampamentos, esses camponeses encontraram no MST uma alternativa para reivindicar frente ao Estado aquilo que já é constitucionalmente garantido: a Reforma Agrária.

**Palavras-chave:** MST, Guerra do Contestado, Territorialidade; Identidade; Acampamento.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. Problemas de Inferência e Prova na Observação Participante. In: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 2ª.ed. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 47-64.

CUNHA, Carolina. Especial: 100 anos do fim da Guerra do Contestado. **Medium**, 31 out. 2016. Disponível em: <https://medium.com/@Contestado/especial-100-anos-do-fim-da-guerra-do-contestado-9f1e0c2fec97>. Acesso em: 24 set. 2025.

FABRINI, João. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista da ANPEGE**, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente: Unesp, n. 6, p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A TERRITORIALIZAÇÃO DO MST-MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA-BRASIL. **Revista Nera**, n. 1, 2012.

FONSECA, Silas Rafael; GEMELLI, Diane Daniela. O CONTESTADO: AS MARCAS DA GUERRA E DO PROCESSO DE VIOLÊNCIA. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 3, p. 22-35, 2017.

FRAGA, Nilson Cesar; GONÇALVES, Cleverson; CAVATORTA, Mateus Galvão. Contestado: o sagrado e o profano de uma guerra secular. **Geografia (Londrina)**, v. 26, n. 1, p. 143-157, 2017.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

L. R. Entrevista concedida ao autor em 14 jun. 2025. 32 min 25 s. Paula Freitas: **Acampamento Reduto de Caraguatá (ARC)**. Documento não publicado.



MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo. Petrópolis: Vozes, 1981.

**Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Nossos símbolos**: desde as primeiras ocupações, os Sem Terra vêm criando diversos símbolos de representação de sua luta... constituem a mística do Movimento. MST, [s.d.]. Disponível em: <https://mst.org.br/nossos-simbolos/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

ROOS, Djoni; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territorialidades e diferentes vozes das conflitualidades. In: FONTOURA, Jara Lourenço da; DILLMANN, Mauro; ROSA, Graziela Rinaldi da; VANIEL, Berenice Vahl (orgs.). **Vozes do campo: ressignificando saberes e fazeres**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016. p. 41–68. E-book. ISBN 978-85-7843-591-2.

ROSS, Djoni. et al. A geografia das lutas camponesas no Paraná. In: Observatório da questão agrária no Paraná. **Atlas da questão agrária no Paraná**. Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. p. 47-72.

SACK, R. D. **Human territoriality**: its theory and history. London: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VITIELLO, Sergio Ricardo; FROIS, Amanda Keren. O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 5, n. 3, p. 151-171, 2019.